ANÁLISE DA POLÍTICA FISCAL NO PERÍODO DE 2002 A 2008 E O EFEITO MULTIPLICADOR SOBRE O PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL

Diego A. Saugo (FAHOR, ACADÊMICO) 0001521@fahor.com.br

Patrícia Eveline dos Santos, Ma. Orientadora (FAHOR, ORIENTADORA)

Resumo

O Brasil é um país considerado subdesenvolvido, porém esta em 6° lugar na economia mundial, assim o presente artigo busca fazer uma analise da macroeconomia e os principais indicadores em relação à política fiscal no período de 2002 a 2008, verificando o efeito multiplicador sobre o Produto Interno Bruto brasileiro. Tendo como metodologia de pesquisa bibliográfica e descritiva, pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos, a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Como o presente trabalho não esta totalmente concluído os resultados são apenas a formação das ideias de macroeconomia tendo o foco na politica fiscal e identificando o efeito multiplicador dos gastos do governo.

Palavras-chave: Macroeconomia, Politica Fiscal, Efeito Multiplicador.

1. Introdução

O Brasil no ano de 2011 ocupou o 6º lugar no ranking das maiores economias do mundo, sendo que os Estados Unidos estava em primeiro, a China em segundo e o Japão em terceiro lugar. Essa colocação brasileira se deve a *um Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 4,143 trilhões no ano de 2011, uma renda Per - capita de* R$ 21.252,00 ao ano, conforme dados do Banco Central (2012). Além disso, é considerado um país emergente, o que é um

contraponto, pois ocupou a 84º posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 2011(PNUD, 2012).

A população brasileira é de 190 milhões de habitantes e está inserida no processo de globalização mundial. Como demonstra sua balança comercial, que teve um superávit de US$ 29,790 bilhões em 2011, crescimento em relação ao ano de 2010 de 4,78%, onde teve uma exportações de US$ 256,041 bilhões e importações de US$ 226,251 bilhões no ano de 2011. Atualmente é um grande produtor e exportador de mercadorias de diversos tipos, principalmente commodities, minerais, agrícolas e manufaturados (Tesouro Nacional, 2012).

Nesse contexto é relevante analisar as políticas fiscais adotadas pelo governo Lula. Sendo, que a política fiscal é o controle e administração das contas públicas através da política tributária e de gastos. Assim, serão traçadas as evoluções de determinadas variáveis desde 2002, justamente para que se possa fazer uma análise mais criteriosa acerca do tratamento e opções tomadas pelo governo Lula na condução de sua política econômica.

E por tanto, analisar a política fiscal no período de 2002 a 2008 e o efeito multiplicador sobre o produto interno bruto do Brasil e, assim, com este estudo questiona-se quanto foram os gastos do governo Lula e como ocorreu a utilização das políticas fiscais, durante o período citado? E qual foi o efeito multiplicador desses gastos sobre o Produto Interno Bruto?

E com isso o nosso objetivo principal ficara em Identificar e analisar a utilização da política fiscal no período de 2002 a 2008, verificando o efeito multiplicador sobre o Produto Interno Bruto brasileiro.

Já os objetivos específicos servem para delimitar o estudo, dar um sentido mais confiável e focalizar o que se pretende identificar em relação ao trabalho, como segue:

a) Revisão bibliográfica dos conteúdos da macroeconomia e das políticas macroeconômicas;

b) Observação das políticas fiscais sobre o Mercado de bens e serviços (Abordagem da curva IS/LM num gráfico de quatro quadrantes);
c) Recuperação da história da economia brasileira do Plano Real até a gestão do governo Lula;
d) Análise dos gastos do governo Lula em relação aos programas sociais;
e) Análise do efeito multiplicador.

Com a definição dos objetivos, o presente trabalho justifica-se por razões de ter um estudo acadêmico em relação à macroeconomia, sendo focado nas políticas fiscais e delimitado pelo período do governo Lula.

2. Revisão da Literatura

2.1 Macroeconomia e seu Objetivos

A macroeconomia analisa a economia como um todo, ou seja, ela tem uma visão telescópica da economia. Portanto, pode-se definir a macroeconomia como um ramo da Ciência Econômica que estuda os agregados econômicos, seus comportamentos e as relações que guardam entre si (BACHA, LIMA, 2006).

Já para Luque (2004), ela tem por objetivo fundamental analisar como são determinadas as variáveis econômicas de maneira agregada, onde faz a agregação absoluta, pois reúne todos os tipos de bens produzidos.

> (...)a macroeconomia é o estudo da determinação e do comportamento dos grandes agregados, como PIB, consumo nacional, investimentos, exportação, nível geral dos preços etc, (LUQUE 2004, p. 261.)

A macroeconomia tem alguns objetivos principais que são o crescimento e desenvolvimento econômico, controle da inflação e alto nível de emprego.

O crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia e, assim sendo, da produção de bens e serviços de determinado país ou círculo econômico. É definido fundamentalmente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*. O crescimento de uma economia é indicado também pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico (FROYEN, 1999).

Nesse mesmo sentido, Vasconcellos, afirma que:

> (...) quando falamos em crescimento econômico, estamos pensando no crescimento da renda nacional *per capita*, isto é, de que seja colocada á disposição da coletividade uma quantidade de mercadoria e serviços que supere o crescimento econômico populacional. Um país esta realmente melhorando seu nível de desenvolvimento econômico e social se, juntamente com o aumento da renda *per capita*, estiver também, melhorando seus indicadores sociais (pobreza, desemprego, meio ambiente, moradia, etc). (VASCONCELLOS, 2002, p. 190).

Compreendemos com isso que o crescimento econômico é o aumento contínuo do produto interno bruto em termos globais e per capita, ao longo do tempo, já o desenvolvimento econômico é definido como as mudanças de caráter quantitativas dos níveis do produto nacional, modificações que alteram a composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia.

Ainda sobre os objetivos macroeconômicos, o controle de inflação é um deles. Constatam Bacha e Lima (2006), que a inflação, por seus meios, é uma ocorrência de aumentos contínuos e generalizados dos preços de bens e serviços da economia. Sendo que, a inflação tem três efeitos negativos,

causando uma redistribuição de renda, distorções na distribuição de recursos e incertezas.

Justificam Luque e Vasconcellos (2004), que os movimentos inflacionários representam elevações em todos os bens produzidos pela economia e não meramente o aumento de um determinado preço. E por isso a inflação pode ser dividida em inflação de custo, de demanda, de papel-moeda, galopante, inercial e reprimida.

> (...) a inflação pode ser considerada como um aumento contínuo e generalizado no nível de preços. Ou seja, os movimentos inflacionários representam elevações em todos os bens produzidos pela economia e não meramente o aumento de um determinado preço. Outros aspectos fundamentais referem-se ao fato de que o fenômeno inflacionário exige a elevação esporádica de preços. (LUQUE E VASCONCELLOS, 2005, p. 336).

A seguir, será demonstrado no gráfico 1 a evolução temporal da inflação, suas meta inflacionária, inflação efetiva e seus limites.

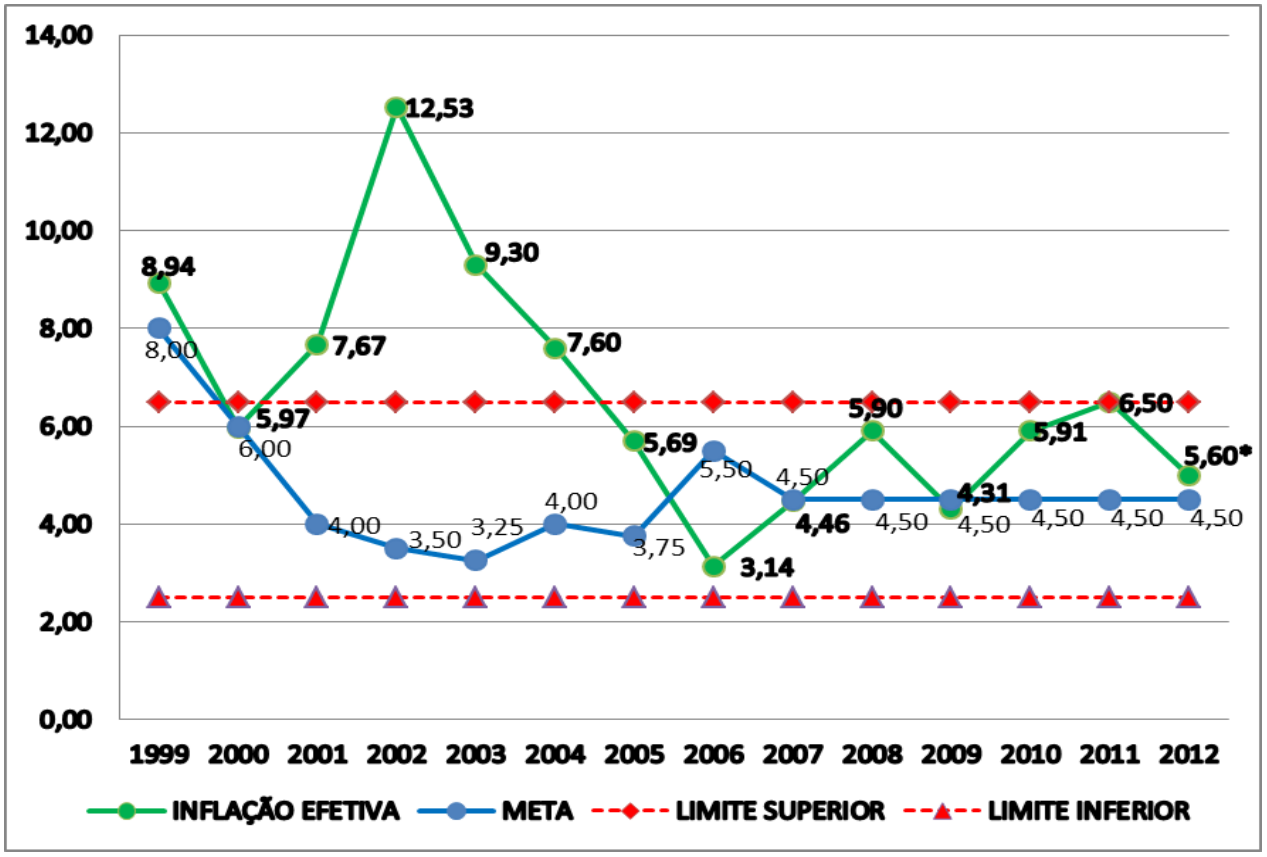

GRÁFICO 1: Metas de Inflação e Inflação Efetiva (1999-2012);
FONTE: Elaborado pelo autor, a partir Banco Central (2012);
NOTA: Estimativa para o ano de 2012, conforme ata 167ª Copom 2102.

O Gráfico 1 demonstra a evolução anual da inflação do período de 1999 até 2012, o seu índice mais alto foi no ano de 2002 que foi de 12,53%, e em 2005 em diante ficou próximo de 4,5% que é a sua meta percentual efetiva, dentro de sua linha superior e inferior, sendo que em 2006 esteve em 3,14% que foi o índice mais baixo até 2011, onde em 2011 ficou em seu limite superior de 6,5%.

Além da Inflação o outro objetivo macroeconômico é a busca constante pelo alto nível de emprego. O alto nível de emprego pode ser explicado com a população economicamente ativa o qual no Brasil é feita por várias instituições, como IBGE e o Departamento de Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE).

Conforme observam os autores Bacha e Lima (2006), a taxa geral é dividida em dois conceitos, o de emprego efetivo que é o total de trabalhadores efetivamente úteis, e a força de trabalho que é a soma dos trabalhadores empregados com os desempregados. Se a atual taxa de desemprego é elevada e objetiva-se reduzi-la, ou seja, ter variação negativa da taxa de desemprego, há um nível mínimo de crescimento do PIB a ser perseguido de modo a atingir esse propósito.

A seguir a tabela 1 demonstra a evolução de desocupados no período de 2002 a 2008, retirados os dados do site do IBGE, sendo apresentadas as médias por ano.

tabela 1

Pessoas desocupadas de 2002- 2008

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência média por ano 2002-2008

Estimativas (Em 1 000 pessoas)

Ano	População
2002	1954
2003	2608
2004	2473
2005	2139
2006	2213
2007	2099
2008	1812
Media dos anos	2186

FONTE: Elaborado pelo autor a partir do IBGE (2012).

Conforme a tabela 1 nos demonstra em 2003 no Brasil tiveram cerca de 2.608 mil pessoas desempregadas caindo gradativamente até 2008 que foi de 1.812 mil. Tendo uma variação percentual de menos 43,92%, diminuindo 796 mil, de 2003 a 2008, e ficando com uma média de 2.186 mil pessoas desocupadas.

O alto nível de emprego é um dos fatores importantes para interpretar a forma da política fiscal, e definir como as políticas sociais deram resultados. Assim, como o alto nível de emprego, a macroeconomia tem também como objetivo a Distribuição de Renda, que pode ser definida por gastos do governo, gastos do setor privado e poupança, conforme Vasconcellos (2002).

Por fim, após os conceitos de Crescimento Econômico, Inflação, Alto Nível de Emprego e Distribuição de Renda, que são os objetivos da Macroeconomia, o estudo prosseguirá com as Políticas Econômicas, onde consta um embasamento teórico, para se ter um alicerce do nosso estudo acadêmico.

2.2. Políticas Econômicas

As políticas econômicas podem ser divididas em Política fiscal, Política monetária, Política de renda, Política cambial e comercial. Serão conceituadas para a abrangência dos seus fatores na economia.

2.2.1 Política Fiscal

A política fiscal pode ser dividida em curto, médio e longo prazo. Ele decide quanto a uma escolha do governo sobre impostos e gastos.

Explica Rizzieri (2006), que as políticas fiscais do governo se constituem nas suas despesas e no seu sistema tributário, e seriam utilizadas com o objetivo de conduzir a demanda agregada ao nível de renda de pleno emprego da economia. E pode ser tanto contracionista, quanto expansionista.

> Se o objetivo da política for redução da inflação, as medidas fiscais normalmente utilizadas são a diminuição de gastos públicos e/ou o aumento de carga tributária (o que inibe o consumo e o investimento), ou seja, visão diminuir os gastos do governo. (VASCONCELLOS, 2002, p, 195).

Compreende-se que a política fiscal é o controle e administração das contas pública através da política tributaria e de gastos.

Alguns autores defendem as Políticas Fiscais, já outros defendem as Políticas Monetárias, se considerando Monetaristas, como George

Stigler[1] e Milton Friedman[2]. Por isso, será demonstrado as Políticas Monetárias.

2.2.2 Outras Políticas

As outras politicas são tão importantes quanto à politica fiscal, mas não são o foco do trabalho, e são divididas em Politicas Monetárias, Politicas de Renda, Politicas Cambiais e Politicas Comerciais.

Para os autores Montouro Filho e Troster (2004), que a política monetária se refere aos processos de oferta de moeda, os instrumentos utilizados e os mecanismos de transmissão de seus efeitos. A oferta de moeda é realizada tanto pelas autoridades monetárias, com emissão de notas e moedas metálicas, quanto, pelo banco comercial, que apesar de não poder emitir, podem criar ou destruir moeda.

Outro ponto importante das Políticas Macroeconômicas é a Política de Renda, que traz a o importante conceito de renda, e como pode ser gerenciado um país com essa política. Assim, serão identificadas as políticas de renda que em sua magnitude são políticas governamentais que estabelecem diretrizes ou controle de salário e ou preço.

Como identifica Blanchard (2007), a políticas de renda ajudam a coordenar uma expectativa em torno de uma nova taxa de inflação menor, tendo o controle sobre salários e ou preços, para não haver hiperinflações.

---

[1]George Joseph Stigler (17 de janeiro de 1911 - 01 de dezembro de 1991) foi um norte americano economista. Ele ganhou o Prêmio Nobel em Ciências Econômicas em 1982, e foi um dos principais líderes da Escola de Chicago de Economia.

[2]Milton Friedman (31 de julho de 1912 - 16 de novembro de 2006) foi um americano economista , estatístico , e autor que lecionou na Universidade de Chicago por mais de três décadas. Ele era um destinatário do Memorial Prêmio Nobel de Ciências Econômicas , e é conhecido por sua pesquisa sobre o consumo, análise monetária história e teoria, e da complexidade da política de estabilização.

Já Luque (2004), define a política de renda como sendo as medidas que afetam diretamente os preços dos diversos fatores de produção e dos próprios bens.

Assim também temos a Política Cambial e a Política Comercial que para Vasconcelos (2002) descreve que a Política Cambial é a política do governo em relação a da taxa de câmbio, e para a Política Comercial a qual diz respeito aos instrumentos de estímulo ás exportações e/ou desestímulo às importações.

2.3 Estrutura de Análise Macroeconômica

A estrutura de análise macroeconômica existente se divide em: mercado de Bens e mercado de Serviços, mercado de trabalho, mercado de moedas e títulos, e mercado cambial.

Para identificar o mercado de bens e serviços, Vasconcellos (2002), diz que, efetua-se uma agregação de todos os bens produzidos pela economia em certo período de tempo e define-se o chamado produto nacional, esse produto a agregação de todos os bens produzidos pela economia.

O Mercado de Trabalho que é o mercado onde se determina o nível de emprego e a taxa salarial. Relata Froyen (1999) que o mercado de trabalho é onde se realiza a compra e venda de serviços de mão-de-obra, onde trabalhadores e empresários se confrontam, determinando conjuntamente os níveis de salário, nível de emprego, as condições de trabalho e os demais aspectos relativos ás relações entre capital e trabalho.

O mercado de trabalho é composto por população residente, população economicamente ativa, população não economicamente ativa e pessoas incapacitadas ao trabalho, assim o define Bacha e Lima (2006).

O Mercado de Moedas ou Monetário o qual é um modelo de oferta e procura que tem o propósito de explicar o funcionamento da liquidez corrente. É a economia cujas trocas são efetuadas utilizando sempre um componente

comum. E esse componente que é corriqueiramente conhecido como moeda, relata Luque (2006).

Acrescenta Vasconcellos (2002), que é intuitivo perceber que, se as trocas utilizam sempre moeda, elas devem ter alguma importância na determinação do preço e da demanda, sendo que determina as taxas de juros e a quantidade de moeda necessária para efetuar as transações econômicas.

Define-se em resumo que o mercado de títulos é o mercado no qual os agentes superavitários emprestam para os deficitários Luque (2004).

Para entendermos os títulos Vasconcellos (2002), explica que numa economia, existem agentes econômicos superavitários e agentes deficitários. Agentes superavitários são aqueles que possuem um nível de renda superior aos seus gastos e deficitários aqueles que possuem um nível de gastos superior ao da renda. Existe um mercado no qual os agentes superavitários emprestam aos deficitários. Em qualquer economia, há uma série de títulos que fazem essa função como títulos do governo, ações, debêntures, duplicatas entre outros. A Macroeconomia, mais uma vez, agrega todos esses títulos e define um título, e no mercado de títulos procura-se determinar o preço e a quantidade de títulos.

Assim, após verificar o Mercado de Títulos será identificado o Mercado de Câmbio. Como a economia mantém transações com o resto do mundo, existem mercados cambiais. A oferta de divisas depende das exportações e da entrada de capitais financeiros. Enquanto a demanda por divisas é determinada pelo volume de importações e pelas saídas de capital financeiro. A variável determinante nesse mercado é a taxa de cambio, que é o preço das divisas, em termos de moedas nacionais, segundo Luque (2004).

> (...) para tornar-se variáveis, os preços dos diferentes países devem ser comparados e sua moedas devem ser convertidas na moeda dos outros. A taxa de câmbio permite calcular a relação de troca, ou seja, o preço relativo entre diferentes moedas. (VASCONCELLOS, 2002, p.19).

Assim, finalizamos estruturas de análise de mercado, a qual abrangeu o Mercado de Bens e Serviços, Mercado de Trabalho, Mercado de moeda ou monetário, Mercados de Títulos, Mercado de Câmbio.

2.4 Demanda Agregada

A Demanda Agregada é compreendida como a quantidade de bens ou serviços que o conjunto dos consumidores deseja e está disposta a adquirir em determinado período de tempo e por determinado preço.

Obtém-se, portanto, a demanda agregada de um produto somando-se todas as demandas individuais desse produto. A demanda agregada depende de todos os fatores que determinam a demanda individual mais o número de compradores do bem ou serviço em questão existente no mercado (FROYEN, 1999).

2.5 Efeito Multiplicador

Para compreender o efeito multiplicador Miles e Scott (2005), o define como termo utilizado por Keynes para determinar o índice de avanço na renda nacional resultante de um dado acréscimo na quantidade de investimentos. Pelo efeito multiplicador, um aumento nos investimentos gera uma ampliação proporcionalmente maior na renda. Assim, se um acréscimo de investimentos da ordem de R$ 50.000.000,00 causar um aumento na renda nacional de R$ 200.000.000,00, o multiplicador será igual a quatro. Uma das identidades fundamentais na macroeconomia keynesiana é a de que o multiplicador é igual ao inverso da propensão marginal a poupar.

3. Métodos e Tipo

A metodologia é um conjunto de abordagens, técnicas e processos utilizados pela ciência para formular e resolver problemas de aquisição objetiva do conhecimento, de uma maneira sistemática (RODRIGUES 2007).

Com a compreensão da metodologia, a qual pode ser dividida em Tipo de Pesquisa, Unidade de Estudo e Coleta e tratamento de dados.

3.1 Tipo de Pesquisa

Considerando-se os critérios de classificação de pesquisa proposto por Vergara (1990), quanto aos fins e quanto aos meios, tem-se:

a) Quanto aos fins – trata-se de uma pesquisa descritiva, pois analisará a política fiscal do Governo Lula (2002 – 2008) e o efeito multiplicador sobre o produto interno bruto do Brasil.

b) Quanto aos meios – trata-se de uma pesquisa bibliográfica.

Classifica-se como pesquisa bibliográfica, pois se recorrerá ao uso de materiais acessível ao público em geral, como livros, artigos já publicados, *sites* da *internet* como IBGE, Banco Central, DIEESE.

Também discorre sobre o mesmo assunto Cervo e Bervian (1983), que a pesquisa proposta é tanto bibliográfica, pois procura explicar um fenômeno publicado a partir de referenciais teóricos publicadas em documentos, e descritiva, pois analisa um fenômeno ou variáveis sem manipulado.

> (...) a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte descritiva ou experimental (...);
> (...) a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. (...) Procura descobrir com a precisão possível, a freqüência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. (CERVO E BERVIAN, 1983, p. 55).

Santos (2005), discute bem essas afirmações acima citadas, que, pois, a pesquisa bibliográfica é feita em materiais já pesquisados, onde são classificadas como leituras coerentes e de referências.

Com o exposto, será definida a seguia a Unidade de Estudo, o qual nos dará o principal meio a ser estudado.

4. Políticas fiscais desde o Plano Real até o governo Lula

Fernando Henrique Cardoso (FHC) teve seu primeiro mandato como presidente no período de 1995 a 1998, o período em que o Plano Real foi implementado. Nesses quatro anos, houve um desequilíbrio nas contas fiscais, sendo que teve uma diminuição considerável da inflação.

O plano real começou com 30% e passou a 39% da dívida líquida do setor público (DLSP) sobre o PIB de 1994 a até 1998, (OLIVEIRA aput, GIAMBIAGI; ALÉM, 2008).

Em relação ao aumento da Receita Total de 1994 a 1998, seus principais fatores foram, aumento de 0,4% das transferências a estados e municípios, também um acréscimo de 0,6% de benefícios previdenciários do INSS, e avanço de 1,1% das demais despesas em relação ao PIB.

Já no segundo mandato FHC, 1999 a 2002. Em relação às Necessidades de Financiamento do Setor Público nominais do período de 1999, que passaram para 4,0% do PIB, houve um ajustamento fiscal primário, juntamente com a menor despesa com juros reais. Entretanto, a dimensão dos ajustamentos patrimoniais impediu que essa melhora fiscal refletisse em uma mudança na trajetória da relação dívida pública/PIB (AVERBURG, 2002).

Segundo Giambiagi e Além (2008), o regime de política econômica adotado em 1999 assentou-se sobre quatro pilares: austeridade fiscal, na forma de metas de resultado primário bastante estritas para o triênio 1999/2001; aprovação das chamadas “reformas”; adoção de metas de inflação; e livre flutuação cambial.

Complementando o contexto de Giambiagi e Além, Oliverira (2008), relata que foram atingidas as metas de acordo com o FMI no ano de 1999, porém, em 2001 a economia voltou a ingressar em uma crise, deixando a economia brasileira em uma fase difícil nos anos 2001/2002 e afetando o desempenho da economia e a disponibilidade de recursos para certas rubricas.

Foram evidenciados alguns problemas que antecederam o governo Lula como o no âmbito interno do país racionamento de energia em 2001, crise política com o rompimento entre o PFL e o PSDB; e 5) incertezas acerca das eleições de 2002 e um eventual Governo Lula, e no campo externo do Brasil, os efeitos do agravamento da crise argentina em 2001, eclodindo na decretação da moratória externa do país vizinho no final daquele ano, a combinação da crise das bolsas internacionais, interrupção do crescimento forte nos EUA e o efeito dos atentados terroristas no EUA que afetaram a liquidez internacional.

5. Políticas Fiscais dos anos de 2002 a 2008.

No ano de 2002 o Brasil começou a ser comandado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo que este é um dos pontos chaves para a compreensão das Politicas Fiscais. Assim, portanto será explorado a sua divida do setor público, o Orçamento do Governo Federal por Categoria de Uso, também será relatado sobre o PIB e seus programas sociais do ano de 2003 a 2008, onde ira ser posto em pratica o efeito multiplicador do PIB/Gastos do Governo e Valor do PIB/Programas sociais Valor do.

6. Resultados e contribuições

A discussão da política fiscal ocupou parte substancial do debate sobre os rumos da política macroeconômica recente. A política fiscal é vista como peça nuclear na busca de credibilidade da política econômica e na criação do ambiente favorável à manutenção dos investimentos em moeda nacional. A montagem do novo regime fiscal, sobretudo a partir do Programa de Estabilidade Fiscal acertado com o FMI em 1998, consolidou as bases institucionais necessárias ao uso da política fiscal como pilar das políticas monetária e cambial. A definição do valor do superávit primário atrelado ao movimento da dívida pública, o uso do contingenciamento de gastos como meio de assegurar a realização das metas fiscais e o controle das finanças dos governos subnacionais por meio da LRF criaram as condições objetivas de

sustentação do ajuste intertemporal das contas públicas e estabeleceram as bases a partir das quais se pautou a condução da política fiscal recente. A política fiscal concentrou o foco de atuação na busca da estabilidade e na construção de regras fiscais capazes de indicar ao mercado o comprometimento com as metas anunciadas e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas. O relativo sucesso em alcançar o objetivo principal, no entanto, não encobriu a lógica perversa do ajuste fiscal. A preocupação de recuperar a capacidade do Estado de controlar o fluxo de recursos públicos e de conter a expansão da dívida pública não deixou espaço à discussão das diretrizes gerais de reforma do setor público e de reconstrução da capacidade de financiamento dos investimentos, fazendo com que as autoridades se tornassem prisioneiras das proposições de curto prazo.

7. Referências

AVERBURG, André. **A crise brasileira de 1998/1999**: origens e consequências. Textos para Discussão, Rio de Janeiro, n. 77, maio, 2000. 40 p.

_____. **Do déficit de metas às metas de déficit:** a política fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002. Textos para Discussão, Rio de Janeiro, n. 93, abri., 2002.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Manual de finanças públicas.** Disponível em: <http://www.bacen.gov.br/>. Acesso em: junho de 2012

BACHA e LIMA, Carlos José Caetano; Roberto A. Souza de. **Macroeconomia**: Teoria e aplicações á economia brasileira. Editora: Alinea, 2006.

BERNARDO e SALAZAR*;* Denise Carneiro Dos Reis, German Torres, Programa Bolsa Família: **Valorizando As Parcerias E As Singularidades Regionais;** http://www.achegas.net/numero/vinteedois/denise_e_german_22.htm (2004).

BLANCHARD, Olivier; Macroeconomia, 4° edição. p. 575; São Paulo: Pearson Prentice Hall. (2007)

CACCIAMALI, Maria Cristina, (1991), Distribuição de renda no Brasil. [et al].; **Manual da Economia** / Amauri Patrick Gremaud. [et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

CARVALHO, M.A.: SILVA, C.R.L. **Economia Internacional**. - 2° Ed. - São Paulo: Saraiva, 2002.

CASTOLDI, Agenor. **Elementos de Economia Brasileiral**: Uma Visão Geral. Ijui, Unijui, 2003.

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Cientifica**: para uso dos estudantes universitários. – 3ª ed – São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CHAHAD, J.P.Z. **Mercado de Trabalho, emprego e desenvolvimento no Brasil**. In: Administração de empresas. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

FREITAS, CASTRO NETO, LÔU; Urandi Roberto Paiva, Armando Affonso de, Isaac Coimbra; Relação entre **Gastos Públicos e Crescimento** Econômico: uma análise com dados em painel para o Nordeste, Conj. & Planej., Salvador, 2009.

FROYEN R. T., Crescimento Econômico. [et al].; **Manual da Economia** / Amauri Patrick Gremaud, [et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

FROYEN R. T., **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, (1999).

FONSECA, Marcos Giannetti da, Medidas da Atividade Econômica, [et al].; **Manual da Economia** / Amauri Patrick Gremaud, [et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

GIAMBIAGI, Fabio. **Necessidade de financiamento do setor público**: Bases para a discussão do ajuste fiscal no Brasil – 1991/96. Textos para Discussão, Rio de Janeiro, n. 53, mar., 1997.

_____. A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público? Textos para Discussão, Rio de Janeiro, n. 1169, mar., 2006.

_____. Dezessete anos de política fiscal no Brasil: 1991-2007. Textos para Discussão, Rio de Janeiro, n. 1309, nov., 2007

_____; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

_____; Fabio. **A Política Fiscal Do Governo Lula Em Perspectiva Histórica**: Qual É O Limite Para O Aumento Do Gasto Público? planejamento e políticas públicas, n. 27 | jun./dez. 2004.

_____; MENDONÇA, João Luis de Oliveira; **Diagnóstico da Previdência Social no Brasil: O Que Foi Feito e o Que Falta Reformar?;** pesquisa e planejamento econômico | ppe | v.34 | n.3 | dez 2004.

GREMAUD, Amauri Patrick, [et al]. **Manual da Economia**; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva (2004).

IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - www.ibpt.com.br< acesso em: 10 jul 2012>

JUNIOR, Rudnei Toneto, **Modelo de Integração o Lado Real e o Lado Monetário: Análise IS-LM**; [et al]. Manual da Economia; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva (2004).

KINDLEBERGER, C. P.; HERRICK, B. - **Economic Development**. 3. Ed. New York: McGraw-Hill, (1977).

KRUGMAN, Paulo R.: Economia internacional: teoria e política. 6° edição, São Paulo: Grupo Pearson Education, 2005.

KUZNETS, S. (1971) Crescimento Econômico. [et al].; **Manual da Economia** / Amauri Patrick Gremaud... [et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

LEI Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/ccivil_Ato2006/2004/Lei/L10.836.htm>. Acesso em: 10 julho 2012.

LOPES e VASCONCELLOS; L. M., M. A. S. **Manual de Economia** – básico e intermediário. 2°ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LUQUE, Carlos Antonio Teoria, (2004), Macroeconômica: evolução e Situação atual [et al].; **Manual da Economia** / Amauri Patrick Gremaud. [et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

MANKIW, N. G. **Macroeconomia**. 3. ed: Rio de Janeiro: LTC, 1998.

MARINS, Jaqueline Terra Moura; VIEIRA, Paulo Roberto da Costa. **A Política Monetária na Economia Brasileira Atual**: conceitos fundamentais, evolução e procedimentos operacionais, 1998.

MATESCO, Fernando; **A Importância De Definição De Uma Metodologia Para O Gerenciamento De Projetos;** Artigos/ArtigoMBA p. 3; 2010.

MILES e SCOTT, A., D., **Macroeconomia**: compreendendo a riqueza das nações. São Paulo: Saraiva, 2005.

MONTORO FILHO e TROSTER, André Franco, Roberto Luiz, **Introdução à Teoria Monetária;** [et al] Manual da Economia..; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Antônio Silva; NASCIMENTO, Isabela Oliveira do, SILVA, Rosi Vani De Sousa (2012). **Pobreza, Desigualdade E Bolsa Família No Brasil Rendas Do Trabalho, Distribuição de Renda, Desigualdade e Pobreza.** http://www.renda.nepp.unicamp.br/sistema/files/Brasil/12-antonio-isabela-rosi.pdf

OLIVEIRA, Aline Martos de. **Análise da política fiscal do Brasil de 1991 a 2007.** Monografia do curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC - Florianópolis, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A "lógica" da Política Econômica Ortodoxa**,O São Paulo, pag.3, 28.11 a 04.12.1980.

PIRES, Manoel Carlos de Castro**; Multiplicadores Fiscais no Brasil: uma contribuição ao debate sobre políticas fiscais anticíclicas**; Política Fiscal e a Crise Econômica Internacional – Monografia_Tema3_Terceiro Lugar; Finanças Públicas – XIV Prêmio Tesouro Nacional – 2009.

PNUD - **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil**- http://www.pnud.org.br/IDH.aspx e http://www.pnud.org.br/ODM1.aspx

RIBEIRO, Roberto Names, Introdução a Economia, (2004) [et al].; **Manual da Economia** / Amauri Patrick Gremaud... [et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

RIZZIERI, Juarez Alexandre Baldini, (2006) [et al].; **Manual da Economia** / Amauri Patrick Gremaud, Teoria da determinação da Renda e do Produto Nacional [et al].; Organizadores Diva Benevides Pinho, Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos. – 5° Ed. – São Paulo: Saraiva, 2004.

RICARDO, David**. Princípios de economia política e tributação, com a introdução de Piero Sraffa.** Apresentação de Paul Singer. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

RODRIGUES, William Costa; ***Metodologia Cientifica;*** FAETEC/IST Paracambi *2007*

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de Métodos e técnicas de pesquisa cientifica** – 5ª Ed – Niterói, RJ: Impeus, 2005.

SOUZA, P. R.; **O que são empregos e salários?** São Paulo: Brasiliense, 1981 (Col. Primeiros Passos).

CERQUEIRA, Wagner de: http://www.**brasilescola**.com/brasil/pib-brasil.htm

VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval de; **Economia – Micro e Macro**. 3° ed – São Paulo: Atlas, 2002.